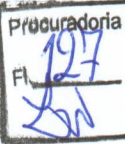




ERECHIM
100 Anos
Aqui é nossa casa!

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERECHIM
PROCURADORIA JURÍDICA



Parecer nº 231/2019.

Processo Administrativo nº 2019/12.031.

Assunto: Parceria Público-Privada. Lei 13.019/2014. Decreto Municipal nº 4.503/2017.

Solicitante: Comissão Permanente de Análise e Execução dos Procedimentos de Parcerias.

Cabe esclarecer, de início, que o parecer jurídico tem natureza eminentemente opinativa e consultiva não vinculando, em regra, os atos administrativos que a ele sucederem, estando excluídos da análise aspectos de natureza técnica, econômica, financeira e administrativa, bem como os aspectos referentes à conveniência e à oportunidade da prática dos atos administrativos, que são de responsabilidade dos demais órgãos municipais.

Noutro ponto, quanto aos aspectos de natureza técnica alheios à seara jurídica, parte-se da premissa que os órgãos e servidores competentes para a sua apreciação detêm os conhecimentos específicos necessários e os analisaram adequadamente, verificando a exatidão das informações constantes dos autos e atuando em conformidade com suas atribuições.

O expediente chegou à Procuradoria Geral do Município para manifestar-se acerca da legalidade da proposta de parceria com o Município, formulada pela entidade Patronato Agrícola e Profissional São José, para implantação do projeto "A importância dos profissionais para a execução da atividade", o qual foi aprovado pelo COMDICAÉ- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Erechim, mediante inexigibilidade de chamamento público, conforme a justificativa de fls. 23.



ERECHIM
100 Anos
Aqui é nossa casa!

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERECHIM
PROCURADORIA JURÍDICA**

Dos autos, devidamente autuado, constam o requerimento da entidade (fls. 02/03); plano de trabalho (fls. 04/08); solicitação de despesa com a indicação da dotação orçamentária e assinatura de seu ordenador (fls. 09); informações sobre os valores destinados à entidade requerente advindos do IR (fls. 10/13); aprovação do COMDICAIE (fls. 14/22 e 25/26); justificativa para a não realização do chamamento público com comprovante de sua publicação (fls. 23 e 27); documentos apresentados pela entidade (fls. 28/105 e 107/114); atestado de regularidade das prestações de contas anteriores (fls. 106); cópia das portarias de nomeação dos gestores e integrantes das comissões previstas pela legislação (fls. 115/119 e 123); Parecer Técnico favorável à parceria pretendida (fls. 121); Parecer da Comissão Permanente de Análise e Execução dos Procedimentos de Parcerias atestando a regularidade da documentação exigida pela Lei nº 13.019/2014 e pelo Decreto Municipal nº 4.503/2017, bem como a viabilidade econômica da parceria, seu interesse público e a compatibilidade do Plano de Trabalho (fls. 131/132); e, por fim, o encaminhamento a esta Procuradoria para análise jurídica da proposta.

A Lei Federal nº 13.019/2014 estabeleceu o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil - OSC's, em mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação, definindo diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil.

No artigo 2º da Lei nº 13.019/2017, com a redação dada pela Lei nº 13.204/2015, encontra-se o conceito de OSC's, do que se conclui que a entidade requerente, diante de sua natureza, não possui fins lucrativos.



ERECHIM
100 Anos
Aqui é nossa casa!



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERECHIM
PROCURADORIA JURÍDICA**

Em relação ao objeto da relação jurídica a ser mantida, cabe ao setor competente a análise aprofundada para assegurar-se do interesse público.

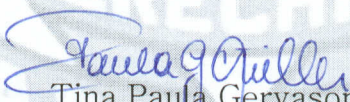
No caso, o projeto recebeu a aprovação do COMDICAÉ, conforme o parecer favorável emitido (fls. 21/22). Além disso, dos autos consta a informação de que o valor a ser repassado à entidade foi vinculado por contribuintes quando do recolhimento do IR, o que inviabiliza o chamamento público, nos termos do artigo 31, II, da Lei nº 13.019/2014 e artigo 31 do Decreto Municipal nº 4.503/2017.

Assim, cumpridas, pela entidade proponente, as exigências legais, havendo interesse público, viabilidade econômica e adequação do Plano de Trabalho, opino pela celebração da parceria instrumentalizada pelo Termo de Fomento (17 da Lei 13.019/2014), para consecução de finalidades de interesse público, sendo essas as considerações que elevo ao vosso conhecimento.

S.M.J., são essas as considerações que elevo ao vosso conhecimento.

À Secretaria Municipal de Administração – Comissão Permanente de Análise e Execução dos Procedimentos de Parcerias.

Erechim, RS, 29 de julho de 2019.


Tina Paula Gervasoni Müller
Procuradora Geral Adjunta do Município
OAB/RS 81.999B